



INFORME ESTRATÉGICO

CONSURT

20 de agosto de
2025

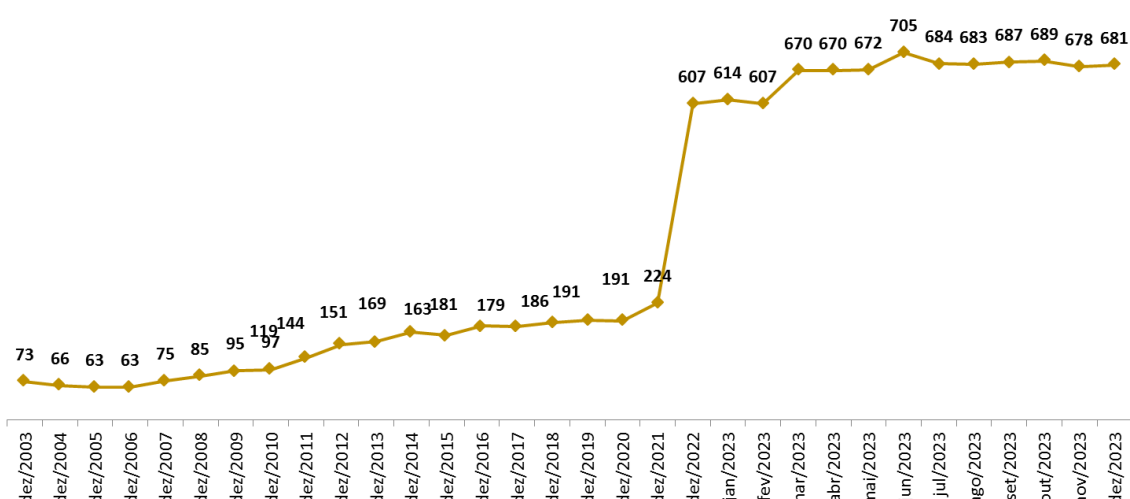
Informe Estratégico – Estudo da FGV revela impacto negativo do Bolsa-Família sobre mercado de trabalho

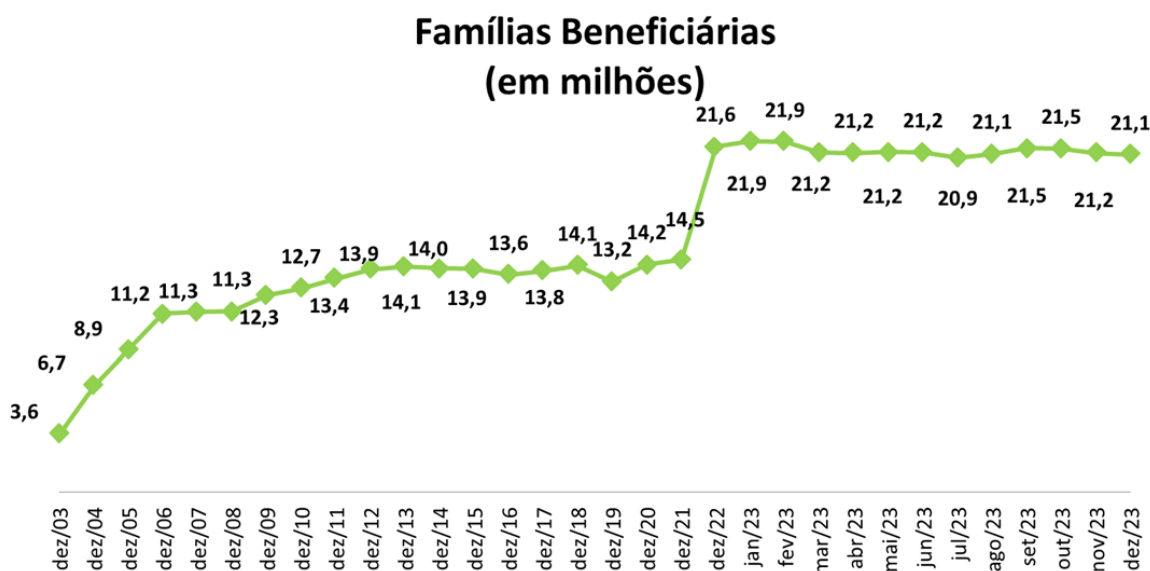
Resumo

Estudo da FGV IBRE mostra que a ampliação do Bolsa-Família, com aumento expressivo do valor médio do benefício e da cobertura, passou a impactar negativamente o mercado de trabalho brasileiro. Houve redução na oferta de trabalho e na ocupação formal entre homens, especialmente jovens, enquanto mulheres não foram afetadas. A taxa de participação no mercado não retornou ao nível pré-pandemia da COVID-19, com quedas mais acentuadas entre pessoas com menor escolaridade. Diante disso, o estudo sugere um redesenho do programa, com redução do benefício básico e foco em públicos mais vulneráveis, como mães com filhos pequenos e jovens que deixaram os estudos por necessidade.

1 – [Estudo](#) da Fundação Getúlio Vargas - Instituto Brasileiro de Economia (FGV IBRE) revela que a ampliação significativa do Bolsa-Família a partir de 2023 teve impactos relevantes no mercado de trabalho brasileiro. O benefício médio do programa passou de R\$ 190 em 2019 para R\$ 670 em 2023, enquanto o número de beneficiários aumentou de 14 para 21 milhões e o orçamento anual subiu de R\$ 35 bilhões para R\$ 170 bilhões. Essa transformação fez com que o valor do benefício representasse cerca de 35% da renda mediana do trabalho no Brasil, comparado a 15% anteriormente.

Evolução do valor médio do benefício, valores nominais, em reais (R\$)





Fonte: [Portal](#) da Secretaria de Comunicação Social.

Até 2019, estudos indicavam que o Bolsa-Família não afetava negativamente a oferta de trabalho, e até estimulava a participação feminina. No entanto, com o novo valor elevado, o programa passou a reduzir significativamente a oferta de trabalho entre homens, especialmente jovens e moradores das regiões Norte e Nordeste. Além disso, houve uma queda acentuada na ocupação formal entre homens de todas as idades e regiões.

A taxa de participação no mercado de trabalho, que caiu durante a pandemia da COVID-19, não voltou ao nível pré-crise como em outros países. A queda coincidiu com o aumento do benefício para R\$ 600 e a implantação do novo Bolsa-Família. A análise por faixa educacional mostra que os grupos com menor escolaridade foram os mais afetados, com destaque para aqueles com ensino fundamental completo ou médio incompleto, cuja taxa de participação caiu 5 pontos percentuais entre 2023 e 2025.

O [estudo](#) também comparou grupos elegíveis e não elegíveis ao Bolsa-Família em 2023. O grupo elegível teve um aumento de 20 pontos percentuais na cobertura do programa, mas apresentou uma queda de 11% na taxa de participação, além de reduções de 12% na ocupação e 13% na formalidade. Esses efeitos foram concentrados nos homens, especialmente jovens entre 14 e 30 anos. A formalidade foi afetada em todas as faixas etárias masculinas, possivelmente devido ao receio de perder o benefício ao conseguir um emprego formal.

Um aspecto positivo identificado foi o aumento da matrícula em instituições de ensino entre jovens de alta habilidade que se tornaram elegíveis ao programa. Embora esses jovens tenham reduzido sua participação no mercado de trabalho, muitos optaram por investir na educação.

Diante desses achados, o [estudo](#) sugere um redesenho do Bolsa-Família, propondo a redução do benefício básico para evitar que jovens sem perspectiva educacional se afastem do mercado de trabalho, comprometendo sua formação profissional. Os recursos economizados poderiam ser direcionados a mães com filhos pequenos e



jovens que deixaram os estudos por necessidade financeira. Assim, seria possível aprimorar o programa e ampliar seus benefícios sociais.

2 – Em setembro de 2024, o Conselho Temático de Relações do Trabalho da Findes publicou [informe estratégico](#) com as principais conclusões da 8ª edição do Relatório de Fiscalizações em Políticas e Programas de Governo ([RePP](#)), elaborado pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O relatório avaliou a eficácia do programa Bolsa Família.

Entre os pontos destacados pela auditoria, estão a desatualização da metodologia de avaliação, a inclusão indevida de famílias no Programa e inconsistências nos critérios de elegibilidade. De acordo com o TCU, essas falhas têm levado membros de uma mesma família a se cadastrarem separadamente para receber o benefício, cujo valor ultrapassa 50% do salário mínimo — percentual considerado elevado pela Corte de Contas.

Ainda segundo o relatório, o desenho atual do Programa tem gerado efeitos adversos sobre o ingresso e a permanência dos beneficiários no mercado de trabalho formal, atuando como um desincentivo à formalização.

Diante dessa problemática, o TCU recomendou ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) a readequação do desenho do Programa Bolsa Família. A orientação considera os desafios de focalização, especialmente os prováveis erros de inclusão e seus impactos sobre o mercado de trabalho. O TCU também sugeriu a ampliação dos processos de revisão e averiguação do Cadastro Único (CadÚnico), com o objetivo de aprimorar a gestão e a efetividade do Programa.

Importante

 O texto do presente informe contém hiperlinks que permitem o acesso direto a conteúdos e informações complementares.

Marco Antonio Redinz

Advogado trabalhista, autor de livros, mestre em Ciências Jurídicas pela PUC/Rio, e Especialista de Relações do Trabalho da Findes

Agostinho Miranda Rocha

Presidente do Conselho Temático de Relações do Trabalho - CONSURT